

Empréstimo compromete Fiúza

BRASÍLIA — Uma sindicância da Caixa Econômica Federal (CEF) feita na superintendência da instituição em Alagoas complicou a situação do ex-ministro da Ação Social e deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) na CPI da máfia do Orçamento. A sindicância aponta que a CEF usou dinheiro do Programa de Integração Social (PIS) — verba do Orçamento, segundo o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) — em empréstimos feitos à Usina Jaçanã, de propriedade da família de Fiúza, até dezembro de 1991. No seu depoimento e em correspondências posteriores enviadas à CPI, Ricardo Fiúza garante que a dívida com a CEF não pode ser tratada na CPI por não ser dinheiro do Orçamento.

A Usina Jaçanã fez sucessivas operações de empréstimos, para capital de giro e de crédito rotativo com a CEF em 1991, quando Ricardo Fiúza, que servia de avalista às operações, era líder do Governo Collor na Câmara. As operações eram sempre usa-

das para liquidar os débitos anteriores, mas a Usina Jaçanã conseguia créditos adicionais aos débitos, como relata a comissão de sindicância. Segundo Suplicy, com base no relatório da comissão de sindicância, a dívida inicial de US\$ 1,5 milhão em janeiro de 1991 acabou transformando-se em Cr\$ 282 bilhões em julho deste ano, equivalentes a US\$ 4 milhões. Algumas das operações foram autorizadas diretamente pelo diretor de Operações da CEF e depois seu presidente Alvaro Mendonça.

— Tenho que voltar a analisar esta operação — afirmou o relator da CPI, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE).

Antes do resultado da sindicância, Magalhães recebera um parecer do procurador da República Haroldo Ferraz da Nóbrega atestando que os empréstimos não estavam vinculados ao Orçamento. O empréstimo foi feito em dezembro de 1991, pouco antes de a família Fiúza vender a Usina Jaçanã.